

Crítica e emancipação nos estudos da informação, da comunicação e da cultura

Crítica y emancipación en los estudios de información, comunicación y cultura

Critic and emancipation in the studies of information, communication and culture

César Bolaño

Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Presidente do Capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura (Ulepicc-Brasil). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Brasil.

Contato: bolano.ufs@gmail.com

Autor Convidado



Resumo

Esta é a versão atualizada, em português, de uma conferência apresentada em 2015 em Havana. Seu objetivo é situar a crítica da economia política da comunicação e da cultura no interior do materialismo histórico. Especial ênfase é dada à questão da mediação social e à importância de um novo programa de investigação, a partir da América Latina, para a renovação do pensamento comunicacional crítico, tendo em vista os desafios do momento histórico.

Palavras-chave: comunicação; mediação; cultura; economia política.

Resumen

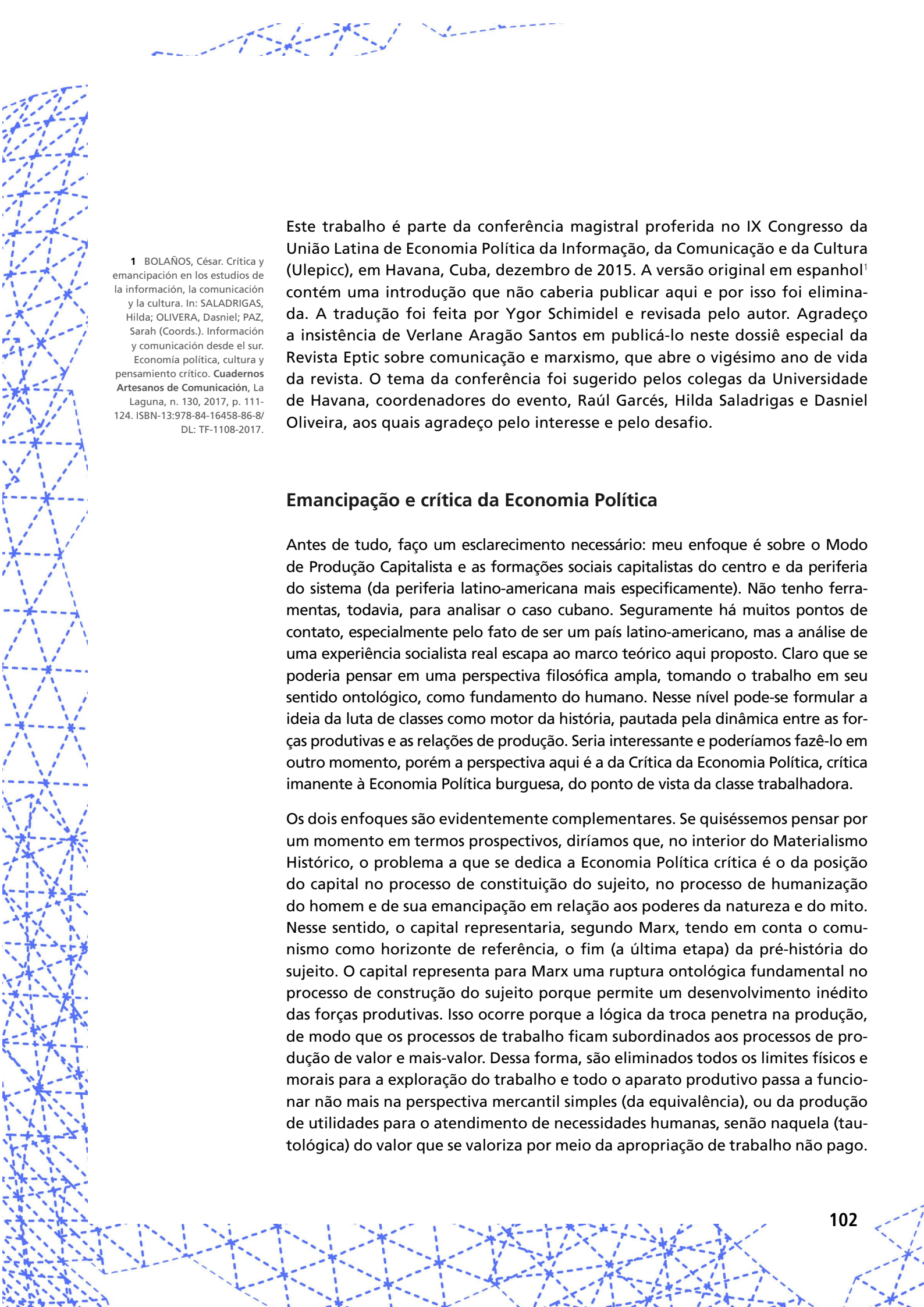
Esta es la versión actualizada, en portugués, de una conferencia proferida en 2015 en la Habana. El objetivo es situar la crítica de la economía política de la comunicación y de la cultura en el interior del materialismo histórico. Especial énfasis es dado al tema de la mediación y a la importancia de un nuevo programa de investigación, a partir de América Latina, para la renovación del pensamiento comunicacional crítico, teniendo en cuenta los retos que se presentan en el presente momento histórico.

Palabras clave: comunicación; mediación; cultura; economía política.

Abstract

This paper is the revised version, in Portuguese, of a speech presented in 2015 in Havana. The objective is to discuss the place of the critic of political economy of communication and culture in historic materialism. Special emphasis is put in the theme of mediation and in the importance of a new research program proposed by the Latin American field in order to develop new perspectives to the critical communicational thought, considering the present historical challenges.

Keywords: communication; mediation; culture; political economy.



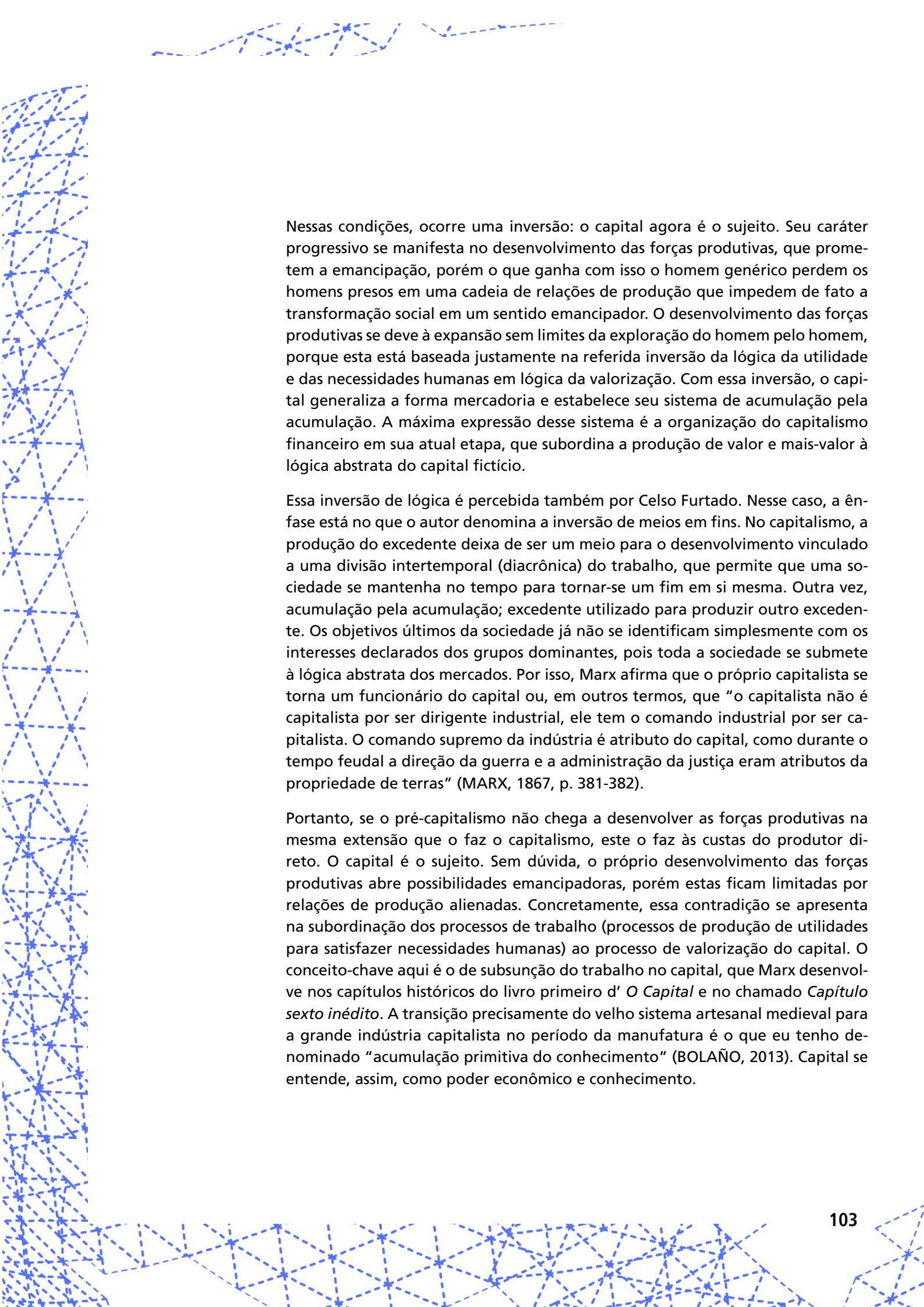
1 BOLAÑOS, César. Crítica y emancipación en los estudios de la información, la comunicación y la cultura. In: SALADRIGAS, Hilda; OLIVERA, Dasniel; PAZ, Sarah (Coords.). Información y comunicación desde el sur. Economía política, cultura y pensamiento crítico. Cuadernos Artesanos de Comunicación, La Laguna, n. 130, 2017, p. 111-124. ISBN-13:978-84-16458-86-8/DL: TF-1108-2017.

Este trabalho é parte da conferência magistral proferida no IX Congresso da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (Ulepicc), em Havana, Cuba, dezembro de 2015. A versão original em espanhol¹ contém uma introdução que não caberia publicar aqui e por isso foi eliminada. A tradução foi feita por Ygor Schimidel e revisada pelo autor. Agradeço a insistência de Verlane Aragão Santos em publicá-lo neste dossiê especial da Revista Eptic sobre comunicação e marxismo, que abre o vigésimo ano de vida da revista. O tema da conferência foi sugerido pelos colegas da Universidade de Havana, coordenadores do evento, Raúl Garcés, Hilda Saladrigas e Dasniel Oliveira, aos quais agradeço pelo interesse e pelo desafio.

Emancipação e crítica da Economia Política

Antes de tudo, faço um esclarecimento necessário: meu enfoque é sobre o Modo de Produção Capitalista e as formações sociais capitalistas do centro e da periferia do sistema (da periferia latino-americana mais especificamente). Não tenho ferramentas, todavia, para analisar o caso cubano. Seguramente há muitos pontos de contato, especialmente pelo fato de ser um país latino-americano, mas a análise de uma experiência socialista real escapa ao marco teórico aqui proposto. Claro que se poderia pensar em uma perspectiva filosófica ampla, tomando o trabalho em seu sentido ontológico, como fundamento do humano. Nesse nível pode-se formular a ideia da luta de classes como motor da história, pautada pela dinâmica entre as forças produtivas e as relações de produção. Seria interessante e poderíamos fazê-lo em outro momento, porém a perspectiva aqui é a da Crítica da Economia Política, crítica imanente à Economia Política burguesa, do ponto de vista da classe trabalhadora.

Os dois enfoques são evidentemente complementares. Se quiséssemos pensar por um momento em termos prospectivos, diríamos que, no interior do Materialismo Histórico, o problema a que se dedica a Economia Política crítica é o da posição do capital no processo de constituição do sujeito, no processo de humanização do homem e de sua emancipação em relação aos poderes da natureza e do mito. Nesse sentido, o capital representaria, segundo Marx, tendo em conta o comunismo como horizonte de referência, o fim (a última etapa) da pré-história do sujeito. O capital representa para Marx uma ruptura ontológica fundamental no processo de construção do sujeito porque permite um desenvolvimento inédito das forças produtivas. Isso ocorre porque a lógica da troca penetra na produção, de modo que os processos de trabalho ficam subordinados aos processos de produção de valor e mais-valor. Dessa forma, são eliminados todos os limites físicos e morais para a exploração do trabalho e todo o aparato produtivo passa a funcionar não mais na perspectiva mercantil simples (da equivalência), ou da produção de utilidades para o atendimento de necessidades humanas, senão naquela (tautológica) do valor que se valoriza por meio da apropriação de trabalho não pago.



Nessas condições, ocorre uma inversão: o capital agora é o sujeito. Seu caráter progressivo se manifesta no desenvolvimento das forças produtivas, que prometem a emancipação, porém o que ganha com isso o homem genérico perdem os homens presos em uma cadeia de relações de produção que impedem de fato a transformação social em um sentido emancipador. O desenvolvimento das forças produtivas se deve à expansão sem limites da exploração do homem pelo homem, porque esta está baseada justamente na referida inversão da lógica da utilidade e das necessidades humanas em lógica da valorização. Com essa inversão, o capital generaliza a forma mercadoria e estabelece seu sistema de acumulação pela acumulação. A máxima expressão desse sistema é a organização do capitalismo financeiro em sua atual etapa, que subordina a produção de valor e mais-valor à lógica abstrata do capital fictício.

Essa inversão de lógica é percebida também por Celso Furtado. Nesse caso, a ênfase está no que o autor denomina a inversão de meios em fins. No capitalismo, a produção do excedente deixa de ser um meio para o desenvolvimento vinculado a uma divisão intertemporal (diacrônica) do trabalho, que permite que uma sociedade se mantenha no tempo para tornar-se um fim em si mesma. Outra vez, acumulação pela acumulação; excedente utilizado para produzir outro excedente. Os objetivos últimos da sociedade já não se identificam simplesmente com os interesses declarados dos grupos dominantes, pois toda a sociedade se submete à lógica abstrata dos mercados. Por isso, Marx afirma que o próprio capitalista se torna um funcionário do capital ou, em outros termos, que “o capitalista não é capitalista por ser dirigente industrial, ele tem o comando industrial por ser capitalista. O comando supremo da indústria é atributo do capital, como durante o tempo feudal a direção da guerra e a administração da justiça eram atributos da propriedade de terras” (MARX, 1867, p. 381-382).

Portanto, se o pré-capitalismo não chega a desenvolver as forças produtivas na mesma extensão que o faz o capitalismo, este o faz às custas do produtor direto. O capital é o sujeito. Sem dúvida, o próprio desenvolvimento das forças produtivas abre possibilidades emancipadoras, porém estas ficam limitadas por relações de produção alienadas. Concretamente, essa contradição se apresenta na subordinação dos processos de trabalho (processos de produção de utilidades para satisfazer necessidades humanas) ao processo de valorização do capital. O conceito-chave aqui é o de subsunção do trabalho no capital, que Marx desenvolve nos capítulos históricos do livro primeiro de *O Capital* e no chamado *Capítulo sexto inédito*. A transição precisamente do velho sistema artesanal medieval para a grande indústria capitalista no período da manufatura é o que eu tenho denominado “acumulação primitiva do conhecimento” (BOLAÑO, 2013). Capital se entende, assim, como poder econômico e conhecimento.



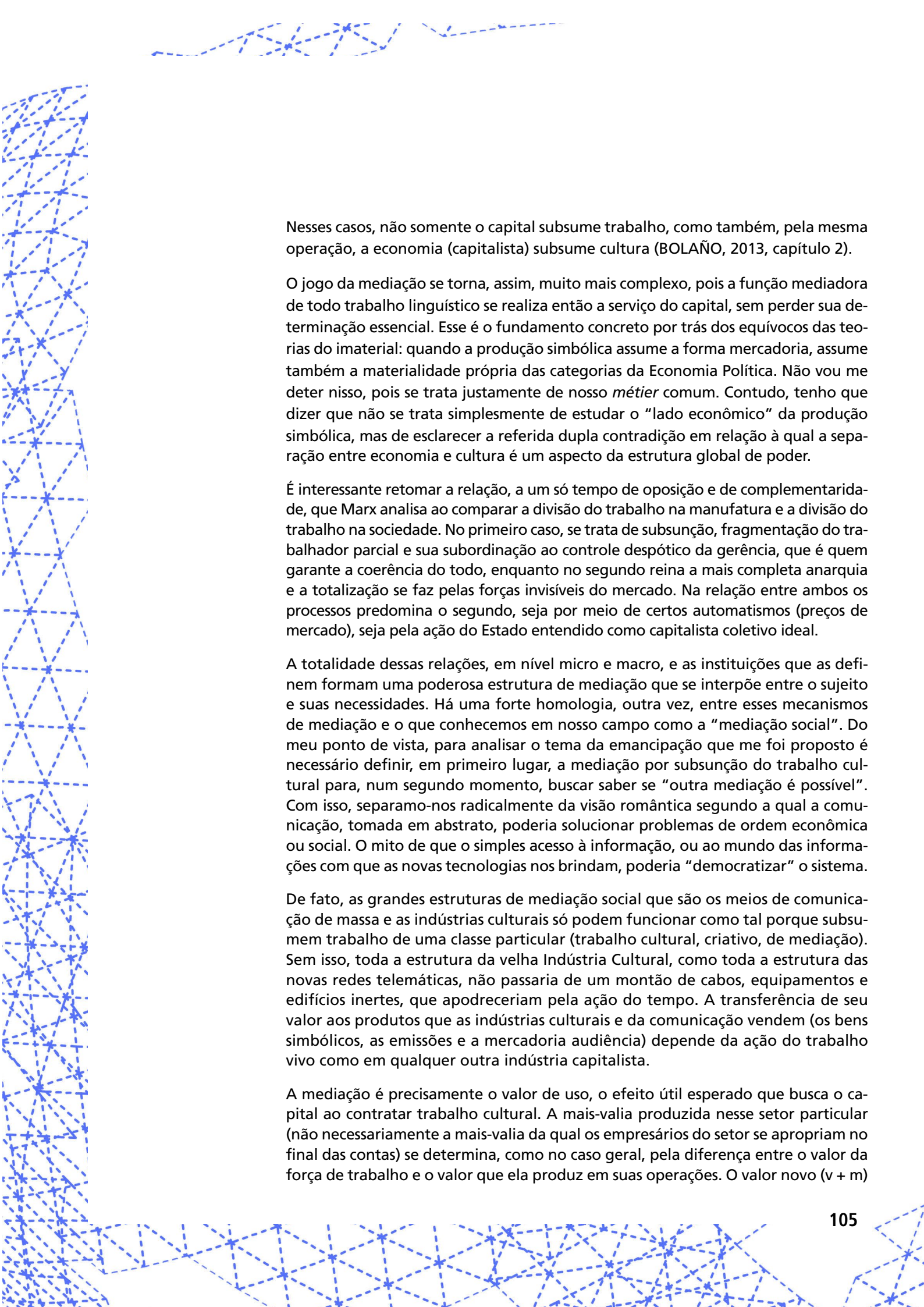
Crítica da Economia Política e mediação social

Por detrás de epítetos grandiloquentes como “sociedade da informação”, “economia do conhecimento” e “capitalismo cognitivo”, não há mais do que isto: o avanço dos processos de subsunção do trabalho e de resistência trabalhadora que levaram, no passado, à automação precoce de ramos anteriormente organizados como manufatura orgânica, porém não dos setores de manufatura heterogênea. O famoso modelo taylorista-fordista, nessa perspectiva, não é mais que uma regressão a um sistema amplamente dependente do trabalho vivo, enquanto as condições objetivas para a atual automação flexível não se apresentavam (MORAES NETO, 1989; 2003). O processo de reestruturação produtiva iniciado a meados dos anos 1970 só pode ser entendido adequadamente em termos do que tenho denominado “subsunção do trabalho intelectual” (BOLAÑO, 1995). E nisso estamos, ainda.

Para dizer de forma muito clara, no sentido ontológico anteriormente evocado, o trabalho faz a mediação entre o sujeito e suas necessidades. Entre o homem e a natureza. Marx é muito preciso sobre esse aspecto no capítulo em que define os elementos do processo de trabalho, ao dizer que não é o objeto de trabalho senão os instrumentos que fazem essa mediação, instrumentos entendidos como extensões do corpo do trabalhador, de seus órgãos vitais. No capitalismo, esses instrumentos de mediação são propriedade do capital e se apresentam ao trabalhador de forma alienada, como potência externa, como órgãos do capital que lhe oprime e explora. E é assim porque houve uma inversão. As máquinas fazem a mediação agora entre a necessidade do sujeito (o capital), necessidade de extração de mais-valor, e o objeto de exploração (o trabalhador). Isso ocorre em toda a sua extensão com a subsunção real do trabalho no capital.

Com isso, os processos comunicativos inerentes ao trabalho humano, em sua definição ontológica, ficam também subordinados à lógica da valorização do valor, de modo que a mediação entre o sujeito e suas necessidades passa a ser sempre obra de uma coisa, seja no plano estritamente material, seja no espiritual. Cabe apontar que esse poderia ser o único sentido em que se poderia falar com algum rigor em “trabalho imaterial”, vinculado aos processos de produção linguística, os quais, não obstante, não deixam de ser materiais também, como o deixa evidente Ferruccio Rossi-Landi (1968) em sua obra magistral. Todos os intentos posteriores de definir um trabalho imaterial trazem a marca do materialismo vulgar pré-marxista.

Rossi-Landi, ao desenvolver o tema da linguagem como trabalho, o faz em termos de homologia, de modo a preservar a separação entre produção simbólica e produção de valor, ainda que, evidentemente, poemas possam ser mercadorias no sentido próprio e mais prosaico do termo e automóveis sejam sem dúvida, entre outras coisas, signos. Porém, mais além da homologia, há uma confusão de fato que pode contaminar, como contamina, muitas teorias, quando o trabalho comunicativo não é somente útil, mas também produtivo, no sentido estrito de produtor de mais-valor para o capital investido nas indústrias culturais e da comunicação.



Nesses casos, não somente o capital subsume trabalho, como também, pela mesma operação, a economia (capitalista) subsume cultura (BOLAÑO, 2013, capítulo 2).

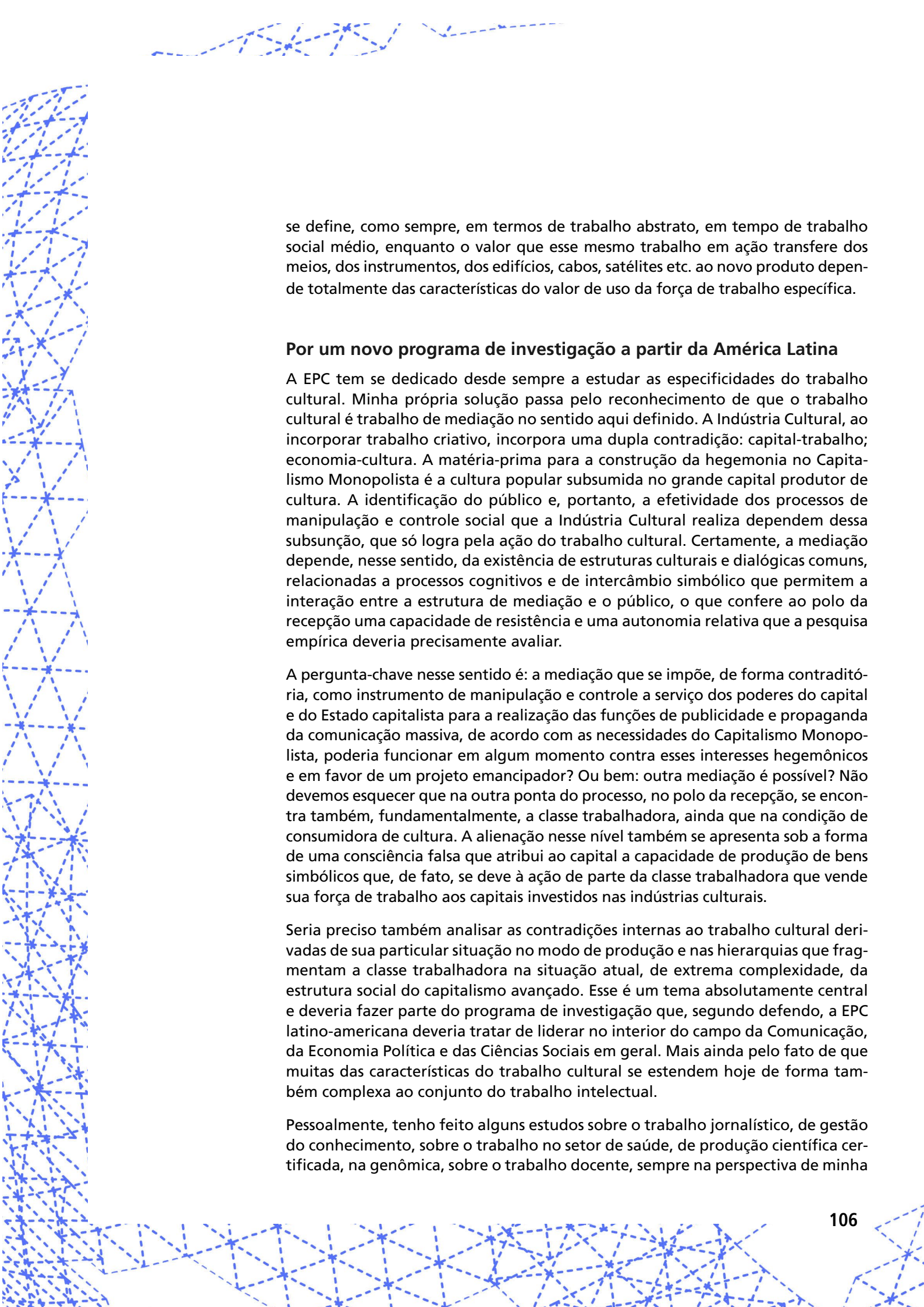
O jogo da mediação se torna, assim, muito mais complexo, pois a função mediadora de todo trabalho linguístico se realiza então a serviço do capital, sem perder sua determinação essencial. Esse é o fundamento concreto por trás dos equívocos das teorias do imaterial: quando a produção simbólica assume a forma mercadoria, assume também a materialidade própria das categorias da Economia Política. Não vou me deter nisso, pois se trata justamente de nosso *métier* comum. Contudo, tenho que dizer que não se trata simplesmente de estudar o “lado econômico” da produção simbólica, mas de esclarecer a referida dupla contradição em relação à qual a separação entre economia e cultura é um aspecto da estrutura global de poder.

É interessante retomar a relação, a um só tempo de oposição e de complementaridade, que Marx analisa ao comparar a divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade. No primeiro caso, se trata de subsunção, fragmentação do trabalhador parcial e sua subordinação ao controle despótico da gerência, que é quem garante a coerência do todo, enquanto no segundo reina a mais completa anarquia e a totalização se faz pelas forças invisíveis do mercado. Na relação entre ambos os processos predomina o segundo, seja por meio de certos automatismos (preços de mercado), seja pela ação do Estado entendido como capitalista coletivo ideal.

A totalidade dessas relações, em nível micro e macro, e as instituições que as definem formam uma poderosa estrutura de mediação que se interpõe entre o sujeito e suas necessidades. Há uma forte homologia, outra vez, entre esses mecanismos de mediação e o que conhecemos em nosso campo como a “mediação social”. Do meu ponto de vista, para analisar o tema da emancipação que me foi proposto é necessário definir, em primeiro lugar, a mediação por subsunção do trabalho cultural para, num segundo momento, buscar saber se “outra mediação é possível”. Com isso, separamo-nos radicalmente da visão romântica segundo a qual a comunicação, tomada em abstrato, poderia solucionar problemas de ordem econômica ou social. O mito de que o simples acesso à informação, ou ao mundo das informações com que as novas tecnologias nos brindam, poderia “democratizar” o sistema.

De fato, as grandes estruturas de mediação social que são os meios de comunicação de massa e as indústrias culturais só podem funcionar como tal porque subsumem trabalho de uma classe particular (trabalho cultural, criativo, de mediação). Sem isso, toda a estrutura da velha Indústria Cultural, como toda a estrutura das novas redes telemáticas, não passaria de um montão de cabos, equipamentos e edifícios inertes, que apodreceriam pela ação do tempo. A transferência de seu valor aos produtos que as indústrias culturais e da comunicação vendem (os bens simbólicos, as emissões e a mercadoria audiência) depende da ação do trabalho vivo como em qualquer outra indústria capitalista.

A mediação é precisamente o valor de uso, o efeito útil esperado que busca o capital ao contratar trabalho cultural. A mais-valia produzida nesse setor particular (não necessariamente a mais-valia da qual os empresários do setor se apropriam no final das contas) se determina, como no caso geral, pela diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que ela produz em suas operações. O valor novo ($v + m$)



se define, como sempre, em termos de trabalho abstrato, em tempo de trabalho social médio, enquanto o valor que esse mesmo trabalho em ação transfere dos meios, dos instrumentos, dos edifícios, cabos, satélites etc. ao novo produto depende totalmente das características do valor de uso da força de trabalho específica.

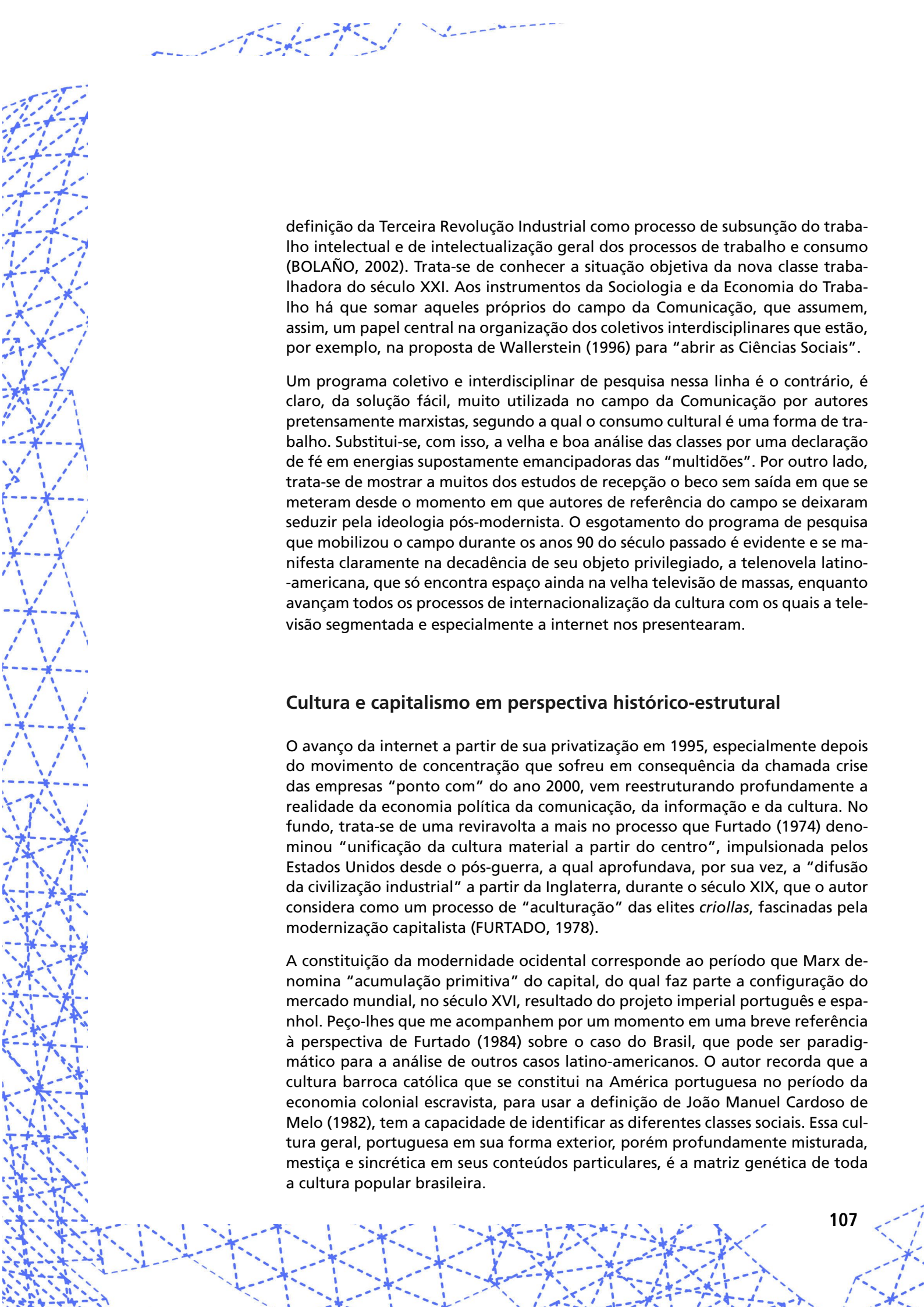
Por um novo programa de investigação a partir da América Latina

A EPC tem se dedicado desde sempre a estudar as especificidades do trabalho cultural. Minha própria solução passa pelo reconhecimento de que o trabalho cultural é trabalho de mediação no sentido aqui definido. A Indústria Cultural, ao incorporar trabalho criativo, incorpora uma dupla contradição: capital-trabalho; economia-cultura. A matéria-prima para a construção da hegemonia no Capitalismo Monopolista é a cultura popular subsumida no grande capital produtor de cultura. A identificação do público e, portanto, a efetividade dos processos de manipulação e controle social que a Indústria Cultural realiza dependem dessa subsunção, que só logra pela ação do trabalho cultural. Certamente, a mediação depende, nesse sentido, da existência de estruturas culturais e dialógicas comuns, relacionadas a processos cognitivos e de intercâmbio simbólico que permitem a interação entre a estrutura de mediação e o público, o que confere ao polo da recepção uma capacidade de resistência e uma autonomia relativa que a pesquisa empírica deveria precisamente avaliar.

A pergunta-chave nesse sentido é: a mediação que se impõe, de forma contraditória, como instrumento de manipulação e controle a serviço dos poderes do capital e do Estado capitalista para a realização das funções de publicidade e propaganda da comunicação massiva, de acordo com as necessidades do Capitalismo Monopolista, poderia funcionar em algum momento contra esses interesses hegemônicos e em favor de um projeto emancipador? Ou bem: outra mediação é possível? Não devemos esquecer que na outra ponta do processo, no polo da recepção, se encontra também, fundamentalmente, a classe trabalhadora, ainda que na condição de consumidora de cultura. A alienação nesse nível também se apresenta sob a forma de uma consciência falsa que atribui ao capital a capacidade de produção de bens simbólicos que, de fato, se deve à ação de parte da classe trabalhadora que vende sua força de trabalho aos capitais investidos nas indústrias culturais.

Seria preciso também analisar as contradições internas ao trabalho cultural derivadas de sua particular situação no modo de produção e nas hierarquias que fragmentam a classe trabalhadora na situação atual, de extrema complexidade, da estrutura social do capitalismo avançado. Esse é um tema absolutamente central e deveria fazer parte do programa de investigação que, segundo defendo, a EPC latino-americana deveria tratar de liderar no interior do campo da Comunicação, da Economia Política e das Ciências Sociais em geral. Mais ainda pelo fato de que muitas das características do trabalho cultural se estendem hoje de forma também complexa ao conjunto do trabalho intelectual.

Pessoalmente, tenho feito alguns estudos sobre o trabalho jornalístico, de gestão do conhecimento, sobre o trabalho no setor de saúde, de produção científica certificada, na genômica, sobre o trabalho docente, sempre na perspectiva de minha



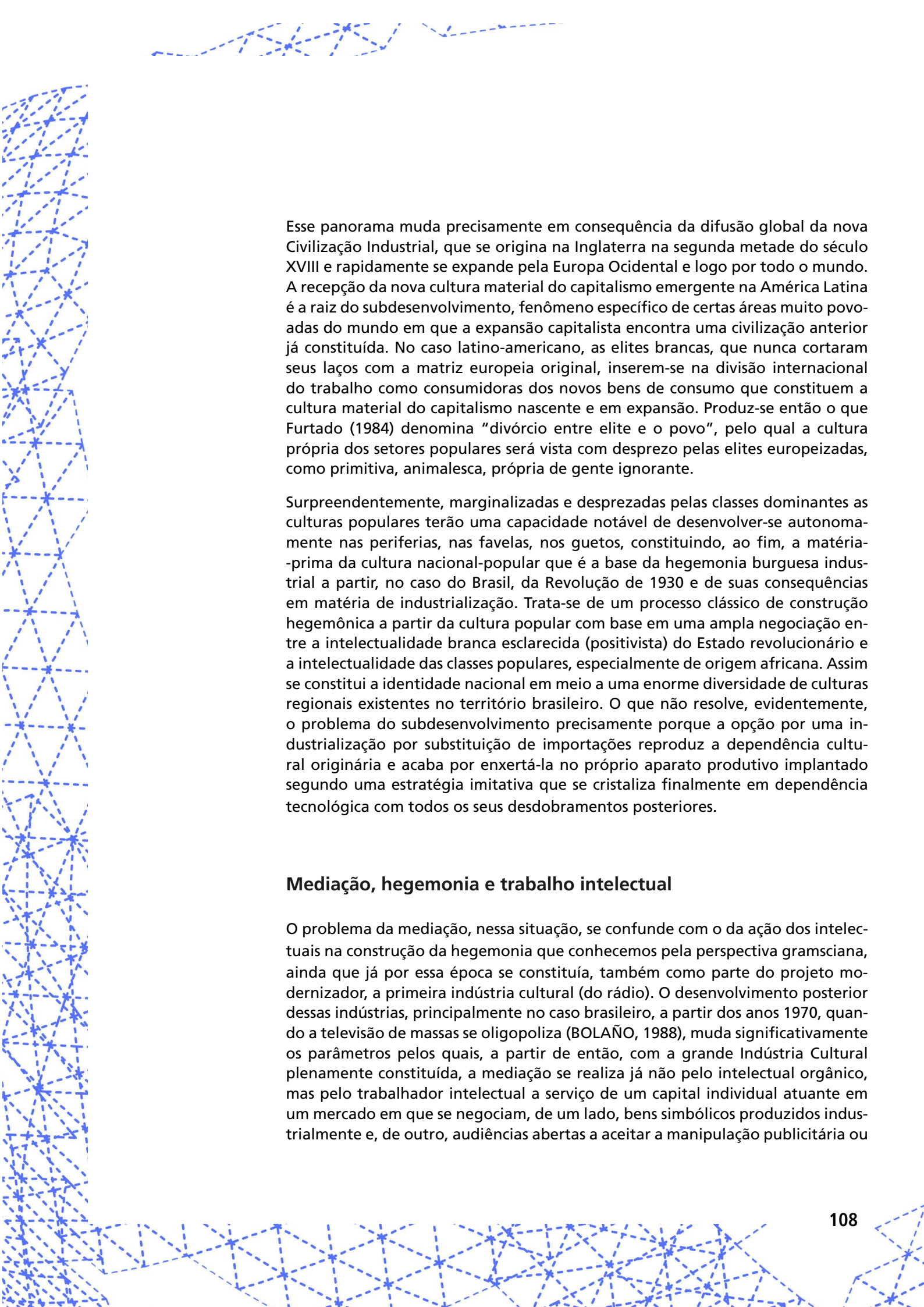
definição da Terceira Revolução Industrial como processo de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral dos processos de trabalho e consumo (BOLAÑO, 2002). Trata-se de conhecer a situação objetiva da nova classe trabalhadora do século XXI. Aos instrumentos da Sociologia e da Economia do Trabalho há que somar aqueles próprios do campo da Comunicação, que assumem, assim, um papel central na organização dos coletivos interdisciplinares que estão, por exemplo, na proposta de Wallerstein (1996) para “abrir as Ciências Sociais”.

Um programa coletivo e interdisciplinar de pesquisa nessa linha é o contrário, é claro, da solução fácil, muito utilizada no campo da Comunicação por autores pretensamente marxistas, segundo a qual o consumo cultural é uma forma de trabalho. Substitui-se, com isso, a velha e boa análise das classes por uma declaração de fé em energias supostamente emancipadoras das “multidões”. Por outro lado, trata-se de mostrar a muitos dos estudos de recepção o beco sem saída em que se meteram desde o momento em que autores de referência do campo se deixaram seduzir pela ideologia pós-modernista. O esgotamento do programa de pesquisa que mobilizou o campo durante os anos 90 do século passado é evidente e se manifesta claramente na decadência de seu objeto privilegiado, a telenovela latino-americana, que só encontra espaço ainda na velha televisão de massas, enquanto avançam todos os processos de internacionalização da cultura com os quais a televisão segmentada e especialmente a internet nos presentearam.

Cultura e capitalismo em perspectiva histórico-estrutural

O avanço da internet a partir de sua privatização em 1995, especialmente depois do movimento de concentração que sofreu em consequência da chamada crise das empresas “ponto com” do ano 2000, vem reestruturando profundamente a realidade da economia política da comunicação, da informação e da cultura. No fundo, trata-se de uma reviravolta a mais no processo que Furtado (1974) denominou “unificação da cultura material a partir do centro”, impulsionada pelos Estados Unidos desde o pós-guerra, a qual aprofundava, por sua vez, a “difusão da civilização industrial” a partir da Inglaterra, durante o século XIX, que o autor considera como um processo de “aculturação” das elites *criollas*, fascinadas pela modernização capitalista (FURTADO, 1978).

A constituição da modernidade ocidental corresponde ao período que Marx denomina “acumulação primitiva” do capital, do qual faz parte a configuração do mercado mundial, no século XVI, resultado do projeto imperial português e espanhol. Peço-lhes que me acompanhem por um momento em uma breve referência à perspectiva de Furtado (1984) sobre o caso do Brasil, que pode ser paradigmático para a análise de outros casos latino-americanos. O autor recorda que a cultura barroca católica que se constitui na América portuguesa no período da economia colonial escravista, para usar a definição de João Manuel Cardoso de Melo (1982), tem a capacidade de identificar as diferentes classes sociais. Essa cultura geral, portuguesa em sua forma exterior, porém profundamente misturada, mestiça e sincrética em seus conteúdos particulares, é a matriz genética de toda a cultura popular brasileira.

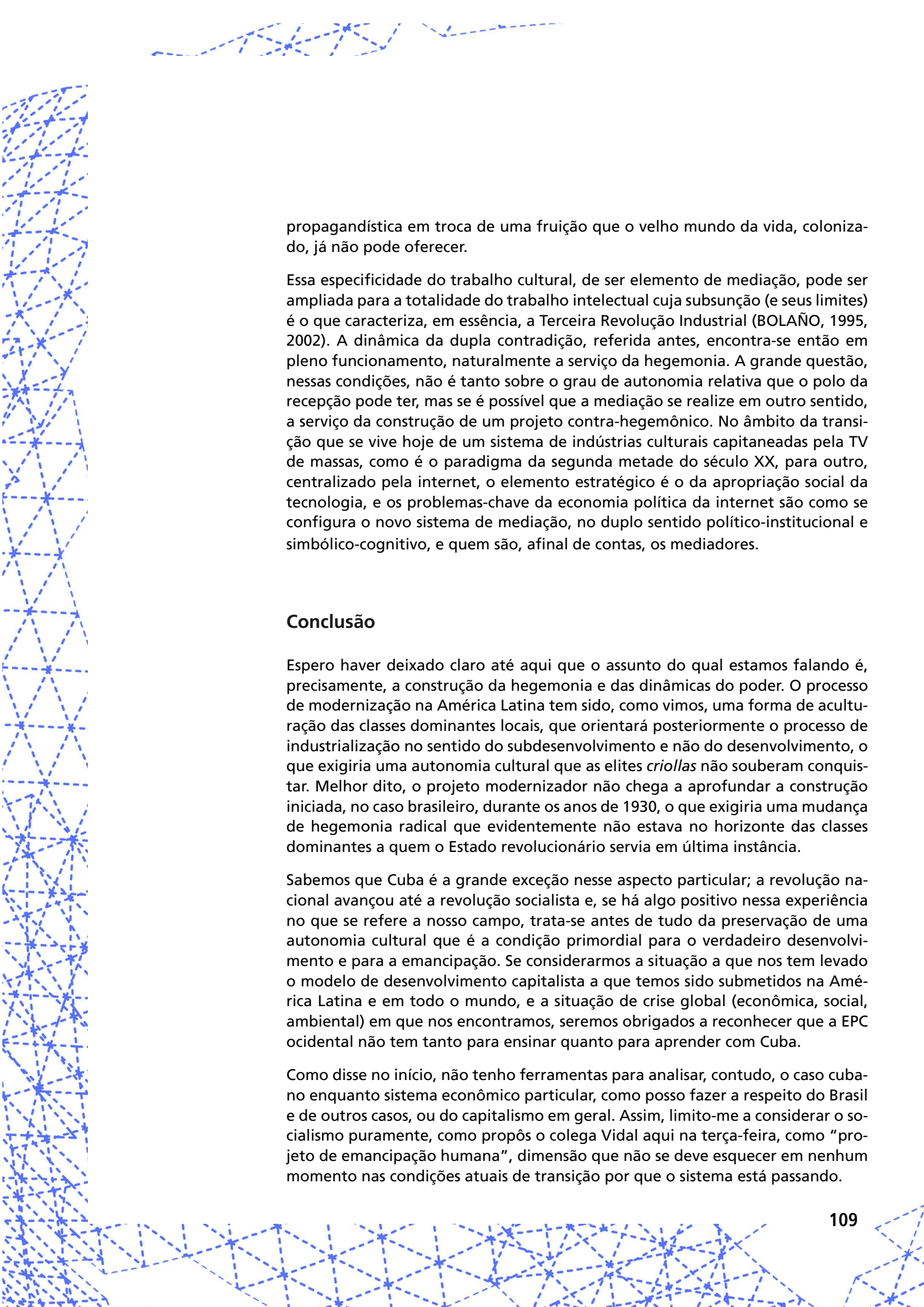


Esse panorama muda precisamente em consequência da difusão global da nova Civilização Industrial, que se origina na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e rapidamente se expande pela Europa Ocidental e logo por todo o mundo. A recepção da nova cultura material do capitalismo emergente na América Latina é a raiz do subdesenvolvimento, fenômeno específico de certas áreas muito povoadas do mundo em que a expansão capitalista encontra uma civilização anterior já constituída. No caso latino-americano, as elites brancas, que nunca cortaram seus laços com a matriz europeia original, inserem-se na divisão internacional do trabalho como consumidoras dos novos bens de consumo que constituem a cultura material do capitalismo nascente e em expansão. Produz-se então o que Furtado (1984) denomina “divórcio entre elite e o povo”, pelo qual a cultura própria dos setores populares será vista com desprezo pelas elites europeizadas, como primitiva, animalésca, própria de gente ignorante.

Surpreendentemente, marginalizadas e desprezadas pelas classes dominantes as culturas populares terão uma capacidade notável de desenvolver-se autonomamente nas periferias, nas favelas, nos guetos, constituindo, ao fim, a matéria-prima da cultura nacional-popular que é a base da hegemonia burguesa industrial a partir, no caso do Brasil, da Revolução de 1930 e de suas consequências em matéria de industrialização. Trata-se de um processo clássico de construção hegemônica a partir da cultura popular com base em uma ampla negociação entre a intelectualidade branca esclarecida (positivista) do Estado revolucionário e a intelectualidade das classes populares, especialmente de origem africana. Assim se constitui a identidade nacional em meio a uma enorme diversidade de culturas regionais existentes no território brasileiro. O que não resolve, evidentemente, o problema do subdesenvolvimento precisamente porque a opção por uma industrialização por substituição de importações reproduz a dependência cultural originária e acaba por enxertá-la no próprio aparato produtivo implantado segundo uma estratégia imitativa que se cristaliza finalmente em dependência tecnológica com todos os seus desdobramentos posteriores.

Mediação, hegemonia e trabalho intelectual

O problema da mediação, nessa situação, se confunde com o da ação dos intelectuais na construção da hegemonia que conhecemos pela perspectiva gramsciana, ainda que já por essa época se constituía, também como parte do projeto modernizador, a primeira indústria cultural (do rádio). O desenvolvimento posterior dessas indústrias, principalmente no caso brasileiro, a partir dos anos 1970, quando a televisão de massas se oligopoliza (BOLAÑO, 1988), muda significativamente os parâmetros pelos quais, a partir de então, com a grande Indústria Cultural plenamente constituída, a mediação se realiza já não pelo intelectual orgânico, mas pelo trabalhador intelectual a serviço de um capital individual atuante em um mercado em que se negociam, de um lado, bens simbólicos produzidos industrialmente e, de outro, audiências abertas a aceitar a manipulação publicitária ou



propagandística em troca de uma fruição que o velho mundo da vida, colonizado, já não pode oferecer.

Essa especificidade do trabalho cultural, de ser elemento de mediação, pode ser ampliada para a totalidade do trabalho intelectual cuja subsunção (e seus limites) é o que caracteriza, em essência, a Terceira Revolução Industrial (BOLAÑO, 1995, 2002). A dinâmica da dupla contradição, referida antes, encontra-se então em pleno funcionamento, naturalmente a serviço da hegemonia. A grande questão, nessas condições, não é tanto sobre o grau de autonomia relativa que o polo da recepção pode ter, mas se é possível que a mediação se realize em outro sentido, a serviço da construção de um projeto contra-hegemônico. No âmbito da transição que se vive hoje de um sistema de indústrias culturais capitaneadas pela TV de massas, como é o paradigma da segunda metade do século XX, para outro, centralizado pela internet, o elemento estratégico é o da apropriação social da tecnologia, e os problemas-chave da economia política da internet são como se configura o novo sistema de mediação, no duplo sentido político-institucional e simbólico-cognitivo, e quem são, afinal de contas, os mediadores.

Conclusão

Espero haver deixado claro até aqui que o assunto do qual estamos falando é, precisamente, a construção da hegemonia e das dinâmicas do poder. O processo de modernização na América Latina tem sido, como vimos, uma forma de aculturação das classes dominantes locais, que orientará posteriormente o processo de industrialização no sentido do subdesenvolvimento e não do desenvolvimento, o que exigiria uma autonomia cultural que as elites *criollas* não souberam conquistar. Melhor dito, o projeto modernizador não chega a aprofundar a construção iniciada, no caso brasileiro, durante os anos de 1930, o que exigiria uma mudança de hegemonia radical que evidentemente não estava no horizonte das classes dominantes a quem o Estado revolucionário servia em última instância.

Sabemos que Cuba é a grande exceção nesse aspecto particular; a revolução nacional avançou até a revolução socialista e, se há algo positivo nessa experiência no que se refere a nosso campo, trata-se antes de tudo da preservação de uma autonomia cultural que é a condição primordial para o verdadeiro desenvolvimento e para a emancipação. Se considerarmos a situação a que nos tem levado o modelo de desenvolvimento capitalista a que temos sido submetidos na América Latina e em todo o mundo, e a situação de crise global (econômica, social, ambiental) em que nos encontramos, seremos obrigados a reconhecer que a EPC ocidental não tem tanto para ensinar quanto para aprender com Cuba.

Como disse no início, não tenho ferramentas para analisar, contudo, o caso cubano enquanto sistema econômico particular, como posso fazer a respeito do Brasil e de outros casos, ou do capitalismo em geral. Assim, limito-me a considerar o socialismo puramente, como propôs o colega Vidal aqui na terça-feira, como “projeto de emancipação humana”, dimensão que não se deve esquecer em nenhum momento nas condições atuais de transição por que o sistema está passando.



Referências

BOLAÑO, César. **Mercado Brasileiro de Televisão**. São Paulo: EDUC, 2004, segunda edição revista e ampliada.

_____. *Economía Política, Globalización y Comunicación*. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 140, 1995.

_____. *Trabalho Intelectual, Informação e Capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva*. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 15, 2º sem. 2002.

_____. _____. Versión ampliada en español. In: BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco. **Economía Política, Comunicación y Conocimiento**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.

_____. **Industria cultural, información y capitalismo**. Traducido de la versión original en portugués. Barcelona: Gedisa, 2013.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl. **O capital**, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MELO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES NETO, Benedito. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Século XX e trabalho industrial**. São Paulo: Xamã, 2003.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado**. São Paulo: Difel, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Para abrir as ciências sociais**. Comissão Gulbenkian para reestruturação das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1996.